



Sem Huck, saiba quem fica na disputa pela 'terceira via' de centro em 2022



Estudo do Einstein aponta que remédio para artrite reduz em 37% risco de



O presidente está com medo



Economia

Para privatizar Eletrobrás, governo aceita 'jabutis' em texto da MP e votação é adiada

Por acordo entre os senadores, o texto da MP será votado apenas nesta quinta, 17, e até lá, eles poderão apresentar sugestões. Também são esperadas negociações nos bastidores e muita articulação entre os senadores e o governo

Anne Warth e Marlla Sabino, O Estado de S.Paulo

16 de junho de 2021 | 20h38

Em uma tentativa de ampliar o apoio dos senadores à Medida Provisória que permite a privatização da **Eletrobrás**, estatal com foco em geração e transmissão de energia, o relator **Marcos Rogério (DEM-RO)** acolheu 19 emenda apresentadas pelos senadores, ampliando a quantidade de jabutis - sugestões estranhas ao texto original - que há haviam sido aprovados pela Câmara.



Senador Marcos Rogério (DEM RO), relator da MP que permite a privatização da Eletrobrás Foto: Dida Sampaio/ Estadão

DESTAQUES EM



LEIA TAMBÉM



Bolsonaro diz que se não privatizar a Eletrobrás vai ter um 'caos no sistema energético do Brasil'

Por acordo entre os senadores, o texto da MP será votado apenas amanhã, 17, a partir das 10h, e até lá, eles poderão apresentar sugestões de destaques, que podem alterar o teor do parecer. Ao longo da noite e pela madrugada, também são esperadas negociações nos bastidores e muita articulação entre os senadores e o governo. Nesta quarta-feira, 16, a BMJ Consultores Associados

apontou mais de 41 votos contrários à proposta (mais da metade, portanto, do número de senadores).

A MP é uma das prioridades do Executivo no Congresso e foi a primeira proposta de privatização aprovada na gestão Bolsonaro. A expectativa é levantar R\$ 60 bilhões com a operação, que está prevista para ser concluída no início de 2022. Os recursos serão divididos entre o Tesouro Nacional, programas para revitalização de bacias hidrográficas e um fundo setorial, para abater parte do aumento das tarifas que virão das desotização das usinas da empresa.

Pelo texto, o governo fica autorizado a diluir sua participação na estatal, hoje em torno de 60% para 45%, por meio da oferta de novas ações no mercado. A proposta é semelhante ao projeto de lei que foi enviado pelo governo Bolsonaro, que não foi discutido, e da proposta encaminhada ao Congresso ainda na gestão do ex-presidente [Michel Temer](#). O custo dos jabutis embutidos na MP pelos deputados para as tarifas, segundo as entidades, será de até R\$ 67 bilhões, valor superior ao que será levantado na operação de capitalização.

Integrante da tropa de choque do governo na **Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid**, Marcos Rogério fez acenos a várias lideranças, entre eles o presidente do Senado, [Rodrigo Pacheco \(DEM-MG\)](#), e ao senador [Dário Berger \(MDB-SC\)](#), ao incluir mais jabutis no texto.

O relatório atende a um pleito antigo de Pacheco, que nos últimos dias manifestou a interlocutores incômodo com a intenção do governo de reduzir o nível do reservatório da hidrelétrica de Furnas, no sul de Minas Gerais, para priorizar o uso da água para energia elétrica.

No último sábado, 12, o *Estadão/Broadcast* revelou a [minuta uma nova Medida Provisória que abre caminho para um racionamento de energia e amplia o poder do Ministério de Minas e Energia](#) para impor decisões sobre os reservatórios, passando por cima de órgão como Ibama e [Agência Nacional de Águas \(ANA\)](#), além de agentes, Estados e municípios, o que contrariou Pacheco.

O texto mostra que o Senado decidiu se antecipar e dar um recado claro ao MME. Pelo texto, será a ANA, em articulação com o [Operador Nacional do Sistema Elétrico \(ONS\)](#), quem deverá definir a curva de armazenamento dos reservatórios de usinas hidrelétricas a cada ano. O governo ainda deverá elaborar, em até 12 meses a partir da sanção da MP, um plano para viabilizar a recuperação dos reservatórios das hidrelétricas em dez anos. Deverão ser considerados, por exemplo, a priorização de usos múltiplos da água e a captação de água para consumo humano e animal.

A flexibilização do armazenamento dos reservatórios deverá ser definida pela ANA, em articulação com o ONS. As propostas foram apresentadas por meio de emenda por Pacheco, incomodado com a intenção do governo de dar prioridade apenas ao uso dos reservatórios para geração de energia para enfrentar a crise hídrica e evitar um racionamento.

O parecer mantém a obrigatoriedade de o governo contratar termelétricas a gás natural, mesmo em locais onde não há reservas nem gasodutos. O texto do Senado vai além do aprovado pelos deputados, que previa que as usinas deveriam estar localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e inclui que elas deverão ser instaladas em capitais e regiões metropolitanas, além de incluir uma nova região, o Triângulo Mineiro.

A proposta também permite a aquisição de até 1% das ações remanescentes em poder da União por empregados da estatal por um preço menor, o que for apurado na bolsa cinco dias antes da operação de capitalização.

O texto tira da União a responsabilidade de realocar moradores que vivem próximos a faixas de servidão de linhas de transmissão. A medida e seus custos caberão à Eletrobras, o que amplia os riscos financeiros da empresa.

Outra emenda acatada por Marcos Rogério determina que indicações para o comando do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) passem por sabatina no Senado, como acontece com diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Diferente dos dirigentes dos órgãos reguladores, os diretores do ONS não cumprem mandatos e podem ser demitidos a qualquer momento.

Térmicas a carvão

Apesar de recusar a emenda do senador Dário Berger para incluir a contratação obrigatória de 2 mil megawatts (MW) de térmicas a carvão, Marcos Rogério ampliou o prazo de subsídios para a compra de carvão mineral para as usinas que já estão em operação até 2035. Pela lei, esse benefício seria encerrado em 2026. O pleito atende aos Estados do Sul, que não foram contemplados com benesses como as propostas para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os benefícios são pagos com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético, a CDE, que, por sua vez, é rateada nas contas de todos os consumidores do País - os que negociam no mercado livre, como grandes indústrias, ou os que são atendidos por distribuidoras. Neste ano, R\$ 750 milhões foram destinados para a compra de carvão mineral. Em 2020, foram repassados R\$ 666 milhões.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

- [Bolsonaro diz que se não privatizar a Eletrobrás vai ter um 'caos no sistema energético do Brasil'](#)
- [Senado pode incluir contratação obrigatória de usinas a carvão em MP da Eletrobrás](#)
- [MP da Eletrobrás é inconstitucional e jabutis prejudicam Nordeste, diz consultoria do Senado](#)

Tudo o que sabemos sobre:

Eletrobrás

Marcos Rogério

Jair Bolsonaro

ANA [Agência Nacional de Águas]

ONS [Operador Nacional do Sistema]

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

COMENTÁRIOS

Os comentários são exclusivos para assinantes do Estadão.



ASSINE O ESTADÃO



[JÁ SOU ASSINANTE >](#)